

A INTERSETORIALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA DA SAÚDE

Jessica dos Santos¹
Michele Aline PommereningFinger²

Resumo: A partir de uma breve perspectiva sobre o direito a saúde no Brasil este estudo objetivou discorrer sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) envolvendo as competências da União, do Estado e do Município. Concluída por meio de uma pesquisa bibliográfica, artigos acadêmicos, pesquisa de campo, onde foi realizado um roteiro de entrevista com uma assistente social que atua em um hospital localizado em Curitiba/PR. Observou-se que a intersectorialidade ainda é um desafio a ser conquistado, mas que é uma prática possível a ser realizada.

Palavras-chave: intersectorialidade, serviço social, hospital, políticas públicas.

INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como objetivo, analisar a intersectorialidade das políticas públicas na área da saúde. Este assunto é de grande relevância, visto que ainda hoje, os cidadãos brasileiros sofrem com as recessões de direitos que são garantidos tanto pela Constituição Federal de 1988, bem como pela Lei Orgânica da Saúde (LOS), haja vista que a saúde é um dos direitos universais. Neste sentido, o presente resumo discorre sobre como se desenvolve a prática da intersectorialidade na área da saúde, e como o Assistente Social se insere e contribui junto a equipe multiprofissional no hospital oncológico³.

A criação do Sistema Único de Saúde (SUS) pode ser considerada um dos maiores movimentos de inclusão social da história do Brasil, visto que, representou nos termos constitucionais uma afirmação política de compromisso do Estado brasileiro para os direitos dos cidadãos.

A Constituição Federal de 1988 consagrou a saúde como direitos de todos e dever do Estado, garantir mediante políticas sociais e econômicas que visam a

¹ Acadêmica do Curso de Bacharelado em Serviço Social – Centro Universitário Uninter
E-mail: santos-jessica2011@live.com

² Acadêmica do Curso de Bacharelado em Serviço Social – Centro Universitário Uninter
E-mail: michelealinefinger@hotmail.com

³ Para preservar o Hospital, foi nos solicitado que não divulgássemos o nome.

redução do risco de doenças, possibilitando acesso igualitário, proteção e recuperação ao paciente. (BRASIL.1988).

JUSTIFICATIVA:

Em meio à crise e recessões de direitos como o período atual, consideramos ser de suma importância o estudo de intersectorialidade das políticas públicas na área da saúde, sendo um dos direitos universais de todos os brasileiros, além da importância para atender as necessidades indispensáveis de um trabalho profissional de qualidade na direção dos interesses dos usuários. O desenvolvimento de ações com base territorial, buscando a integração com instituições e organizações sociais que garantam a construção da cidadania é parte dos princípios gerais da atual política Nacional de atenção básica no Brasil. Segundo Miotto e Schutz (2010, p. 60):

“A intersectorialidade tem se colocado como um de seus grandes desafios à medida que se observa a configuração fragmentada e desarticulada da política pública brasileira, o que impossibilita o atendimento das necessidades da população em sua integralidade ”

RESULTADOS OBTIDOS:

A profissional entrevistada que atua como Assistente Social no Hospital Oncológico fala que o planejamento das ações intersectoriais ocorre através de reuniões multiprofissionais, com discussões de casos, principalmente entre os setores de Psicologia, Enfermagem e Serviço Social. Dentre os desafios enfrentados no dia-a-dia pela profissional relata que o principal deles é a intermediação com a Rede de Proteção (ONG's, SUS, CRAS, CREAS, Secretarias de Saúde) para atendimento e garantia ao cumprimento da TFD (Lei do Tratamento Fora do Domicílio), quando o município não possui o tratamento necessário, o mesmo encaminha o paciente para o hospital em Curitiba, custeando gastos como transporte, hospedagem e alimentação para o paciente e seu acompanhante.

Para realizar este trabalho, foi desenvolvido uma pesquisa bibliográfica, pesquisa no site do hospital oncológico e em sites de artigos acadêmicos para fundamentação teórica, pesquisa de campo, através de um roteiro de entrevista

Estruturada com perguntas abertas com uma Assistente Social que atua no hospital oncológico de Curitiba/PR, para levantamento de dados sobre a intersectorialidade da equipe multidisciplinar, desafios encontrados na prática profissional e funções pertinentes na atuação do assistente social no âmbito hospitalar e análise dos dados pesquisados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se neste artigo que a realização de práticas intersectoriais é ainda um desafio a ser conquistado, mas para que ocorra a prática intersectorial é necessário inseri-la na rotina do profissional, para que ações sejam desenvolvidas junto a outros setores com melhorias de condições de saúde para a população. À intersectorialidade ainda se coloca, para a equipe, como um desafio que visa a garantir a execução de políticas sociais que respondam às desigualdades e iniquidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 de Março de 2018;

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Conhecimento em Gestão Participativa: **Relatórios e Pesquisas.** Brasília. 2007;

MIOTO, Regina Celia Tamaso.**SCHUTZ,** Fernanda.Artigo: **Intersectorialidade e política social: subsídios para o debate.** São Paulo, 2010;

SCHUTZ, Fernanda - **A intersectorialidade no campo da política pública: Indagações para o serviço social.** Florianópolis, UFSC, 2009;